

Notícias do dia 20 de dezembro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA  
TCE - GO

Planos de carreira geram impacto de R\$ 592 mi. ....3

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO  
TCE - GO

Assembleia Legislativa pode passar a fiscalizar o TCE .....5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Projeto que dispõe fiscalização do TCE pela Assembleia Legislativa tem primeira aprovação  
.....6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Projeto que dispõe sobre fiscalização do TCE pela Assembleia Legislativa tem segunda  
aprovação .....7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Gustavo Sebba encaminha voto a favor de proposta da saúde e discute autonomia de  
deputados na fiscalização .....8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS DOS GABINETES  
TCE - GO

Paulo Cezar contesta argumento de queda na receita de impostos em Goiás .....9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Gustavo Sebba manifesta voto contrário ao projeto que dispõe sobre o exercício do controle  
externo pela Alego ..... 10

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Concurso TCE-GO 2024 para Analista já tem comissão e banca definidos; confira..... 11

# Planos de carreira geram impacto de R\$ 592 mi

Rubens Salomão rubens.salomao@ opopular.com.br

O pacote de projetos para atender demandas dos servidores públicos estaduais, enviado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**, terá impacto de R\$ 592,735 milhões na folha de pagamento, quando todas as mudanças estiverem em vigor, em 2026. O número representa a soma de oito planos de cargos e salários, além da proposta que extingue cargos o Ipasgo e prevê o aproveitamento dos servidores pela estrutura do estado.

No primeiro ano de validade das novas regras para vencimentos, promoções e progressões das categorias, o impacto será de RS 158,9 milhões, mas o número aumenta para os dois anos seguintes, com previsão de RS 412,365 milhões adicionais na folha de 2025, de acordo com cálculos da Secretaria de Administração, apresentados em cada um dos projetos (veja o quadro ao lado).

Os maiores impactos totais para o exercício de 2026 serão da Secretaria de Saúde, com RS 326,4 milhões; da Polícia Penal, com RS 78,819 milhões; Departamento Estadual de Trânsito (Detran), RS 69,797 milhões, e da Secretaria de Educação, com RS 54,537 milhões. Há ainda destaque para os projetos que antecipam futuros custos com novos servidores, por meio da realização de concurso público.

Os certames deverão ser realizados no próximo ano para atender 80 vagas no cargo de gestor governamental de infraestrutura, para atender a Agência Goiana de Infraestrutura (Goinfra), e a criação de 300 vagas de analista técnico de infraestrutura, pela Secretaria de Infraestrutura. Todos os novos gastos já estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), que ainda tramita na **Alego**, segundo o líder do governo, Wilde Cambão (PSD).

"As categorias têm essas demandas há anos e os governos passados não tiveram condições nem a coragem de avançar, quando o estado estava quebrado. Hoje o tem essa previsão orçamentária e a perspectiva de que o estado avançou muito para valorizar essas carreiras", afirma.

Além de oito planos de cargos e salários, o governo prevê aumento de gastos com folha de pessoal por

conta do aproveitamento de pelo menos 230 servidores provenientes de cargos que serão extintos no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) e aproveitados pelo governo. O redirecionamento, segundo o texto enviado por Ronaldo Caiado, deverá seguir "compatibilidade de atribuições", mas só será definido em outro projeto de Lei "para a devida regularização".

Todas as matérias enviadas pelo governo tiveram tramitação iniciada na Comissão Mista da **Alego** na tarde desta terça-feira (19), primeiro dia de sessões extraordinárias. Houve pedido de vistas aos planos de carreira da Educação, Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, gestor governamental e Detran.

Também houve vistas ao projeto relativo ao Ipasgo e à criação do regime de plantão da Pro-curatoria-Geral do Estado (PGE). Essa última proposta prevê a utilização do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da PGE para o pagamento de horas extras de procuradores.

Já o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) teve relatório apresentado e aprovado na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, já com as emendas dos deputados estaduais, que tiveram prazo renovado até a última sexta-feira (15), para apresentarem indicações.

## DEBATE

Mesmo deputados da oposição a Caiado apontam ao POPULAR que devem votar a favor dos projetos incluídos no pacote enviado pelo governo, que ainda tem novos incentivos fiscais, garanti a para o subsídio ao transporte coletivo com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o programa "DeVolta pra Casa", com auxílio a moradores de rua que queiram retornar para a cidade ou estado de origem.

"A gente vota favorável, mas basicamente 25% dos servidores, auxiliares e alguns técnicos, do quadro transitório, ficam de fora do novo plano, como o reajuste de 36% a 73%, nos próximos três anos", reclama o deputado Mauro Rubem (PT).

O assunto será debatido em audiência pública na manhã desta quarta-feira (20), mas não deve resultar

em emendas aceitas ao texto. "Os cargos de auxiliares foram extintos ainda em 2005 e não se pode incluí-los no plano, que deve durar ainda muitos anos", aponta Cambão. que considera atendimento à fatia de servidores em 2024.

O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), alega que não haverá "votação de afogadilho", apesar da quantidade de projetos "Vamos fazer quantas audiências públicas forem necessárias e, se necessário for, podemos realizar sessões na próxima semana ou em janeiro", diz.

Crescimento fracionado

Reajustes para oito categorias e novos critérios para evolução nas carreiras ampliam despesas com a folha gradualmente

Caiado retira lei do teto de gastos da LDO em vigor

Rubens Salomão [rubens.salomao@eopopular.com.br](mailto:rubens.salomao@eopopular.com.br)

O último projeto enviado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) para as sessões extraordinárias na Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** prevê a retirada de qualquer citação à Lei Complementar 156/2016 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício atual, que será fechado em 11 dias. A legislação em questão estabelece regras mais rígidas para o teto de gastos na gestão estadual, para os valores destinados ao custeio da máquina e folha de pagamento.

A proposta busca adequar o orçamento de 2023 à mudança realizada na Constituição Estadual, com o mesmo objetivo, por meio de PEC enviada pelo governo e aprovada pela Casa no dia 6 de dezembro, com único voto contra de Paulo Cezar Martins (PL). A justificativa encaminhada pela Secretaria de Economia no projeto, aponta que as mudanças "apenas retiram as citações à lei Complementar 156", assim como as atualizações realizadas pelo Congresso Nacional.

A LC156 estabelece a renegociação de dívidas internacionais contraídas pelo governo estadual até 2014, com aval da União, e define o teto de gastos até o fim de 2023 para que os termos de alongamento e redução de parcelas sejam mantidos. Caso haja descumprimento do limite, o estado deve pagar multa. além de retomar as condições anteriores para a quitação do débito, o que poderia representar custo adicional de R\$ 2 bilhões ao estado.

A mudança no texto constitucional impede que **Goiás** inicie o próximo ano com a vigência de regras mais rígidas para custeio e folha de pagamento, já que a Lei Federal tem validade encerrada ao fim de 2023. A

retirada da LC 156 também impede que Ronaldo Caiado seja acionado por possível crime de responsabilidade, caso ultrapasse o teto de gastos previsto nessa lei no fechamento deste ano. O cálculo sobre o cumprimento da limitação será efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em janeiro, após o fechamento das contas e da inflação medida pelo IPC A.

Depois da retirada do texto da Constituição Estadual, a ausência de citações ao teto de gastos na LDO pode impedir a reprovação das contas do governo estadual, referentes a 2023, caso o teto seja rompido neste ano. A análise sobre o balanço do Executivo será realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, que recebeu críticas do governador, em entrevista ao POPULAR, no contexto da atuação da corte sobre a contratação de Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) pela Secretaria de Saúde.

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/20-dezembro-2023/1o-caderno>

# Assembleia Legislativa pode passar a fiscalizar o TCE

TAGS: **Alego**, **TCE-GO**, Ronaldo Caiado, Secretaria Estadual de Administração

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2023/12/20/TVANHANGUER>**

**AAFTVGLOBOGOINIAGO-19.00.07-19.04.50-**

**1703110443.mp4**

# Projeto que dispõe fiscalização do TCE pela Assembleia Legislativa tem primeira aprovação

Na sessão extraordinária desta quarta-feira, 20, um total de 29 deputados votou a favor do projeto de lei n 9661/23 , de Talles Barreto (UB), que dispõe sobre o exercício do controle externo pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

Foi a primeira fase de discussão e votação da matéria. O deputado Gustavo Sebba (UB) votou contra.

O projeto dispõe que se sujeitam à prestação de contas à Assembleia Legislativa o Governador do Estado e - algo atualmente ainda não previsto - o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

O art. 6º determina que "o **TCE** prestará, anualmente, contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Assembleia Legislativa até 60 dias da data de abertura da sessão do ano seguinte àquele a que se referir o exercício financeiro das contas". O parágrafo 1º desse artigo estipula que "as contas do **TCE** devem conter, no que couber, os mesmos documentos e informações exigidos dos órgãos sujeitos à jurisdição do Tribunal, sem prejuízo de normas específicas editadas pela Assembleia Legislativa".

A proposta busca, explica Barreto, na justificativa da matéria "estruturar e evidenciar a prerrogativa desta Casa Legislativa no controle externo, promovendo uma análise detalhada das prestações de contas que lhe são constitucionalmente sujeitas e contribuindo para a otimização das entregas das políticas públicas, fortalecendo o papel do Parlamento como representante legítimo da sociedade".

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/140869/projeto-que-dispoe-fiscalizacao-do-tce-pela-assembleia-legislativa-tem-primeira-aprovacao>**

# Projeto que dispõe sobre fiscalização do TCE pela Assembleia Legislativa tem segunda aprovação

Na sessão extraordinária desta quarta-feira, 20, um total de 29 deputados votou a favor do projeto de lei n 9961/23 , de Talles Barreto (UB), que dispõe sobre o exercício do controle externo pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

Foi a segunda fase de discussão e votação da matéria. O deputado Gustavo Sebba (UB) votou contra.

O projeto dispõe que se sujeitam à prestação de contas à Assembleia Legislativa o governador do Estado e - algo atualmente ainda não previsto - o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

O art. 6º determina que "o **TCE** prestará, anualmente, contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Assembleia Legislativa até 60 dias da data de abertura da sessão do ano seguinte àquele a que se referir o exercício financeiro das contas". O parágrafo 1º desse artigo estipula que "as contas do **TCE** devem conter, no que couber, os mesmos documentos e informações exigidos dos órgãos sujeitos à jurisdição do Tribunal, sem prejuízo de normas específicas editadas pela Assembleia Legislativa".

A proposta busca, explica Barreto, na justificativa da matéria "estruturar e evidenciar a prerrogativa desta Casa Legislativa no controle externo, promovendo uma análise detalhada das prestações de contas que lhe são constitucionalmente sujeitas e contribuindo para a otimização das entregas das políticas públicas, fortalecendo o papel do Parlamento como representante legítimo da sociedade".

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/140869/projeto-que-dispoe-sobre-fiscalizacao-do-tce-pela-assembleia-legislativa-tem-segunda-aprovacao>**

# Gustavo Sebba encaminha voto a favor de proposta da saúde e discute autonomia de deputados na fiscalização

Nas discussões constantes na Ordem do Dia, da sessão extraordinária, desta quarta-feira, 20, o deputado Gustavo Sebba (PSDB) posicionou-se favoravelmente à proposição nº 9775/23 em pauta. Mesmo favorável, o parlamentar afirmou que o projeto "não é o que esperávamos por parte do Governo, não é exatamente o que a saúde precisa, o que o servidor público precisa".

Em seguida, Sebba respondeu ao colega Talles Barreto (UB), ainda sobre discussões sobre a atuação da **Alego** e o controle externo da Casa em relação ao Executivo e ao **Tribunal de Contas do Estado** (TCE). O tucano afirmou que seu posicionamento nesta matéria visa a defesa da Constituição Federal. "Cada instituição tem que ter respeitada sua autonomia", sintetizou.

Sebba mencionou o caráter técnico dos Tribunais de Contas, objeto da matéria. "O corpo técnico de efetivos é quem fiscaliza o Governo do Estado e tem que ser respeitado. Eles estão ali para isso", argumentou.

Ao fim de seu pronunciamento, Gustavo Sebba reafirmou sua posição, rebatendo a ideia de que estaria abrindo mão da sua função, enquanto deputado, de fiscalizador.

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/140860/gustavo-sebba-encaminha-voto-a-favor-de-proposta-da-saude-e-discute-autonomia-de-deputados-na-fiscalizacao>

# Paulo Cezar contesta argumento de queda na receita de impostos em Goiás

Em pronunciamento da tribuna da Assembleia Legislativa durante a sessão extraordinária desta quarta-feira, 20, o deputado Paulo Cezar Martins (PL) apresentou dados mostrando que o Estado de **Goiás** arrecadou, de 2018 a 2023, R\$ 120 bilhões em tributos. Só nesse ano, 2023, foram R\$ 29 bilhões arrecadados, sem contar os repasses federais, que somaram R\$ 13 bilhões.

Os dados, segundo o deputado, podem ser acessados no Portal da Transparência da Secretaria de Estado da Economia. O deputado assinalou que o Governo Estadual quer, agora, mudar a legislação no que se refere ao controle externo que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** faz nas contas do Tesouro.

Na avaliação Paulo Cezar, o Governo teve uma das melhores arrecadações do País, mas não reverteu o superávit financeiro em favor da população goiana. Ele também citou a cobrança da Taxa do Agro, cuja justificativa seria para reconstruir a malha viária do Estado, mas até agora não há obras em andamento. "É um Governo que não tem interesse e não consegue cumprir as regras do ordenamento jurídico", disse.

Em pronunciamento da tribuna da Assembleia Legislativa durante a sessão extraordinária desta quarta-feira, 20, o deputado Paulo Cezar Martins (PL) apresentou dados mostrando que o Estado de **Goiás** arrecadou, de 2018 a 2023, R\$ 120 bilhões em tributos. Só nesse ano, 2023, foram R\$ 29 bilhões arrecadados, sem contar os repasses federais, que somaram R\$ 13 bilhões.

Os dados, segundo o deputado, podem ser acessados no Portal da Transparência da Secretaria de Estado da Economia. O deputado assinalou que o Governo Estadual quer, agora, mudar a legislação no que se refere ao controle externo que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** faz nas contas do Tesouro.

Na avaliação Paulo Cezar, o Governo teve uma das melhores arrecadações do País, mas não reverteu o superávit financeiro em favor da população goiana. Ele também citou a cobrança da Taxa do Agro, cuja justificativa seria para reconstruir a malha viária do Estado, mas até agora não há obras em andamento. "É um Governo que não tem interesse e não consegue cumprir as regras do ordenamento jurídico", disse.

Gabinete Dep. Paulo Cezar Martins Conteúdo de responsabilidade do deputado e sua assessoria de imprensa, não representando opinião ou conteúdo

institucional da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**.

Compartilhar

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/140831/paulo-cezar-contesta-argumento-de-queda-na-receita-de-impostos-em-goias>

# Gustavo Sebba manifesta voto contrário ao projeto que dispõe sobre o exercício do controle externo pela Alego

O deputado Gustavo Sebba (PSDB) fez uso da tribuna, durante a Ordem do Dia da sessão ordinária híbrida, desta quarta-feira, 20, para manifestar seu voto contrário ao projeto de lei nº 9962/23, que dispõe sobre o exercício do controle externo pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

O parlamentar afirmou que a proposição em questão já havia sido aprovada na **Alego**, em 2010, porém, atestada como inconstitucional pela Procuradoria-Geral da República (PGE). "O Tribunal de Contas tem que cumprir o papel de fiscalizar e é isso que eles estão fazendo. Se tiver certo, vai ser aprovado. Se não, será rejeitado", enfatizou o deputado. "Eu sou extremamente favorável à fiscalização. Por isso, sou contra esse projeto que quer intimidar o **TCE** quanto à fiscalização do Governo do Estado", salientou Sebba.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/140833/gustavo-sebba-manifesta-voto-contrario-ao-projeto-que-dispoe-sobre-o-exercicio-do-controle-externo-pela-alego>**

# Concurso TCE-GO 2024 para Analista já tem comissão e banca definidos; confira

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** instituiu a comissão que vai comandar o processo do concurso público para Analista de Controle Externo, publicado no Diário Eletrônico de Contas (DEC) na última terça-feira (19). Além disso, também foi decidida a banca examinadora responsável pelo concurso, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A comissão será presidida pelo **Conselheiro Celmar Rech** e terá como integrantes o corregedor geral do TCE-GO, **Conselheiro Sebastião Tejota**, e o servidor Leonardo de Guimarães Santiago. Com efeito, o grupo ficará sob a presidência de **Celmar Rech** e deve conduzir os preparativos, que agora caminham para a publicação do edital. Ainda não há previsão para divulgação do cronograma com as datas

Leia mais sobre: concurso Analista **TCE-GO** / concurso **tce go** / Concursos

**Site:** <https://diariodegoias.com.br/concurso-tce-go-2024-para-analista-ja-tem-comissao-e-banca-definidos-confira/393739/>